

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Edvaldo Roberto de Oliveira

É importante registrar que atualmente existem milhares de programas de pós-escola, no Brasil, desenvolvidos por cerca de 15 mil organizações, conforme a pesquisa realizada pelo Centro de Estudo e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Social – CENPEC.

De acordo com Maria do Carmo Brant de Carvalho, consultora do CENPEC, pode-se afirmar que:

“O pós-escola surgiu com iniciativas da comunidade e só muito recentemente adentrou a agenda do Estado. Suas ações ainda se expandem como política da comunidade, constroem-se no microterritório e são promovidas por organizações não-governamentais que, em parceria com a prefeitura, a igreja, as empresas e os membros da comunidade oferecem um serviço de atenção à infância e juventude. Os microterritórios em que estão instaladas têm, em sua maioria, poucos serviços e oportunidades destinados à proteção, educação e lazer de crianças, adolescentes e jovens.

Estas ações são um bem público comentário e se constituem em um capital social das próprias populações vulnerabilizadas pela pobreza e escassez de oportunidade e serviços. Ofertam atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, ampliação do universo cultural e convivência em grupo na perspectiva de inclusão social.”

(CARVALHO, 2005)

Recorrendo ainda ao pensamento de Carvalho (2006) quando analisa o lugar da educação integral na política social, é possível destacar:

“A Educação se apresenta hoje como o ponto central do desenvolvimento econômico e social. Esse conceito está produzindo um novo deslocamento. Um primeiro fato a ser compreendido neste novo contexto é que a educação ganhou sentido multisetorial. Já não se invoca a escola como único espaço de aprendizagem. As políticas públicas, como cultura, assistência social, esporte e meio ambiente, invadem o campo das chamadas ações/programas socioeducativo objetivando proporcionar às crianças e adolescentes brasileiros ampliação do universo cultural, aprendizados de iniciação tecnológica e inclusão digital, aprendizados no campo esportivo, consciência e trato ambiental, enfim, aprendizagens básicas que se deslocam da escola, mas a ela se complementam. As organizações comunitárias, organizações da

sociedade civil (o terceiro setor) e iniciativa privada têm investido expressivamente na educação em seu sentido multidimensional”

(CARVALHO, 2006).

Ao afirmar que a temática “Educação Integral” ganhou alta relevância no Brasil de hoje, Carvalho (2006), por outro lado, ressalta que as ações socioeducativas anteriormente mencionadas “sem dúvida, constituem-se como **serviço de proteção social**, mas vão além, compondo-se como programa multisetorial

que abarca, em seu leque de atividades, cultura, educação, esporte, lazer e saúde.”

O que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

Tomando como referência os documentos do MDS, “Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (2010) e “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (2013), pode-se definir:

É uma intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários (crianças e famílias) na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas, na família e no território onde vivem. A seguir são destacados algumas referências dos documentos citados acima:

Foco:

“a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária”.

Estabelece ainda que:

“as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Aos usuários, se deve oferecer atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos, propiciando experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e atuando no sentido preventivo de situações de risco social”. (MDS, 2010, p. 43).

Trabalho Social Essencial ao SCFV

É considerado trabalho social essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

- “- Acolhida;
- Orientação e encaminhamentos; Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Fortalecimento da função protetiva da família;
- Mobilização e fortalecimento das redes sociais de apoio;
- Organização da informação com banco de dados de usuários e organizações, elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário;
- Mobilização para a cidadania.” (MDS, 2010, p. 51)

Eixos Estruturantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Convivência Social

“O convívio é parte da dinâmica social na qual se desenvolve o sentimento de pertença, a construção da identidade e a afirmação da individualidade. Por meio dele se realiza a transmissão dos códigos sociais e culturais e se estabelecem os valores que norteiam a vida em sociedade. É também por meio do convívio que se estabelecem e se solidificam os vínculos humanos, inicialmente no âmbito familiar, constituindo uma rede primária de relacionamentos e tecendo-se redes secundárias, essenciais ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social. A segurança sentida na convivência familiar e comunitária oferecerá as bases necessárias para o exercício das funções parentais de proteger, cuidar e orientar.”(MDS, 2009, p. 78)

Participação

“A formação para a cidadania supõe a sensibilização e o desenvolvimento da percepção das famílias sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos; a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público”. (MDS, 2009, p. 80)

Mundo do trabalho

“A formação para o mundo do trabalho define-se aqui como processo vital e educativo que contribui para tornar possível aos adolescentes a sua existência autônoma e a sua cidadania. O trabalho é estruturador de identidades, cria espaço de pertencimento social, é organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde o cidadão se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura.”

“Na perspectiva da ação socioeducativa, O Mundo do Trabalho, ainda que não vise à qualificação profissional, é imprescindível para a socialização e desenvolvimento de valores e habilidades que estruturam o adolescente para a vida em sociedade. Propõe uma formação para o trabalho que incorpora também a sua dimensão subjetiva e de fonte de realização pessoal e de autoconhecimento. Valoriza a atividade humana, diferenciando-a da forma histórica do trabalho assalariado, tornando-a como ponto de partida para a produção de conhecimento e de cultura. Articulando a relação entre conhecimento e atividade produtiva, possibilita aos adolescentes-jovens apreensão de elementos culturais, que concorrem para configuração de seus horizontes em termos de cidadania e de vida economicamente ativa.” (MDS, 2009, p. 27)



Temas

“Entende-se por Temas o conjunto de questões identificadas como de atenção e reflexão no SCFV que atravessam e perpassam, toda a sua extensão, as ações de convivência em suas atividades teóricas e práticas, recobrando os vários domínios e conteúdos imprescindíveis para a compreensão da realidade e para a participação social de crianças e adolescentes em seu processo de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo.” (MDS, 2010, p. 84)

Oficinas

“Os temas são abordados em Oficinas estruturadas em Dinâmicas e, dentro destas, momentos. As dinâmicas propiciam que as crianças e adolescentes vivenciem sua formação, experimentando conceitos e as atividades propostas, sempre que possível de forma lúdica.” (MDS, 2009, P.42)

Dimensões Metodológicas:

“As principais referências metodológicas dos grupos de convívio e fortalecimento de vínculos (Oficinas com Famílias e/ou com crianças e adolescentes) estão apoiadas nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Dialógica** – O alargamento da percepção e da aprendizagem se produz em diálogo entre iguais. Significa considerar a todos como portadores de saberes e favorecer ações socioeducativas que se realizem na troca de idéias e de experiências, na socialização de conhecimentos, no trato de conflitos e na negociação de consensos, facilitados pela convivência e pelo trabalho coletivo.
- **Dimensão Reflexiva** – O desenvolvimento de postura crítica a partir da reflexão sobre o cotidiano, sobre as experiências pessoais, coletivas e comunitárias e sobre as práticas socializadoras vivenciadas pelas famílias. A dimensão reflexiva está voltada para a elaboração do que é vivido – assim como o projetado na ordem imaginária – e para a sistematização dos novos conhecimentos adquiridos.

• **Dimensão cognitiva** – A ampliação da capacidade de analisar, comparar, refletir, não só sobre o que se aprende, mas sobre como se aprende; capacidade de acessar informações e conhecimentos, de apropriar-se das aprendizagens, reproduzir e criar novos saberes e transformá-los em novas experiências.

• **Dimensão Afetiva** – O desenvolvimento e ampliação de relacionamentos interpessoais, envolvimento e comprometimento, construção de interesses comuns, cumplicidades e criação de vínculos afetivos que proporcionam alegria e prazer na participação das ações socioeducativas.

• **Dimensão Ética** – O exercício da participação democrática, da tolerância, da cooperação, da solidariedade, do respeito às diferenças nas relações entre as famílias e a equipe de profissionais, para o desenvolvimento de princípios e valores relacionados aos direitos, à dignidade humana, à cidadania e à democracia.

• **Dimensão Estética** – O estímulo ao desenvolvimento das sensibilidades estéticas na perspectiva da percepção do outro em suas diferenças, independentemente dos valores e padrões impostos como mecanismos de exclusão e invisibilidade social. A valorização e legitimação das diferentes expressões artísticas, culturais, de condições físicas, origem étnica, racial, de opção religiosa e de orientação sexual.

• **Dimensão lúdica** – O estímulo ao espírito de liberdade, à alegria de viver, ao desenvolvimento integral de todas as potencialidades humanas, favorecendo a livre expansão das individualidades, base para uma real emancipação humana.” (MDS, 2009, p. 29)

Considerações Finais

As ações socioeducativas, em seu desafio de educar na e para a convivência e participação social, têm como perspectiva que:

- os sujeitos aprendentes e ensinantes ocupam lugares dinâmicos; o educador é o adulto que tem conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA), e as coloca à disposição (aqui destaca-se a disponibilidade para o outro como uma das expressões da função sentimento) da invenção de situações de aprendizagem que levam em consideração quem são os aprendizes interessados e possuidores de interesses diversos, com os quais vai empreender a aventura do conhecimento;

- os espaços são os lugares disponíveis e potencializadores da aprendizagem: lugares onde se encontram os objetos de conhecimento – a cidade com os seus diferentes territórios (escola, os caminhos, os equipamentos públicos e privados de cultura, lazer, esporte, arte etc). Locais que são ocupados pelos sujeitos, produzindo uma ambiência educativa;

- os tempos: são definidos a partir dos sujeitos e objetos de conhecimento envolvidos na aprendizagem;

- a criança / adolescente é uma pessoa em sua totalidade e que deve ser contemplada com uma proposta de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, é cognitivo, afetivo, espiritual e físico;

- a qualidade de vida das pessoas é o centro da educação integral e, para isso, é preciso considerar as satisfações humanas : criação, proteção, afeto, compreensão, identidade, lazer-ócio, liberdade e participação;

- a Educação Integral exige uma visão intersectorial, em que as políticas sociais (educação, cultura, assistência social, saúde e outras) sejam formuladas e operadas de forma a garantir qualidade de vida).

Observação: Desde os tempos inaugurais da República que o Brasil sonha com a educação para todos, ou seja igualdade de oportunidades. De certa forma, o sonho foi alcançado: o Brasil atingiu 97,7% de matrículas na faixa etária de 6 a 14 anos. Nada obstante, ainda há crianças fora da escola. Registre-se o caso da cidade do Rio de Janeiro, na faixa etária assinalada, em 2010, eram 24.455 crianças – 3,1 % do universo total -, de acordo com o Censo do IBGE. Conforme os especialistas essas crianças e suas famílias são um dos maiores desafios sociais – porque são “invisíveis” para as políticas públicas, desde que sejam consideradas as condições que geram o não ingresso ou sua saída da escola: falta de documentação, mudança frequente de residência, negligência ou falta de estrutura familiar, inserção precoce no mercado de trabalho informal, grau de violência de moradia etc

A questão não é só de igualdade de oportunidades. É mais: - trata-se de equidade, o que significa garantir os direitos de grupos específicos. É preciso cuidar dos desiguais “desigualmente” para atender os direitos de todos.

O Programa Bolsa Família, reconhecido internacionalmente, não é suficiente. Além dos benefícios previstos na política de Assistência Social, deve-se promover a oferta de serviços socioassistenciais, por exemplo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que realiza mediações entre a Proteção e a Educação. Isto requer a construção de redes de serviços intersectoriais. As crianças e suas famílias não podem ser atendidos de forma fragmentada, mas de forma articulada e integrada.

Referencias Bibliográficas

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Brasília. 2010

_____, CNAS. Resolução n 109, de 12 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Socioassistenciais.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Traçado Metodológico, Brasília 2009

CARVALHO, M.C. Palestra proferida no Seminário do pós escola: diálogo Brasil x Italia. SESC Pinheiros outubro 2005

_____, M.C. O lugar da educação Integral na Política Social. Cadernos CENPEC n2. São Paulo, 2006